



AOFA

ASSOCIAÇÃO DE OFICIAIS
DAS FORÇAS ARMADAS

Trafaria, 1 de abril de 2019

Para:

Excelentíssimo Senhor Ministro da Defesa Nacional

Com conhecimento aos Exmos. Senhores

Chefe da Casa Militar de Sua Excelência o Presidente da República

Chefe do Gabinete de Sua Excelência o Presidente da Assembleia da República

Chefe do Gabinete de Sua Excelência o Primeiro Ministro

Presidente da Comissão de Defesa Nacional da Assembleia da República

Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata

Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista

Presidente do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda

Presidente do Grupo Parlamentar do Centro Democrático Social-Partido Popular

Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português

Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Ecologista Os Verdes

Deputado do Partido Pessoas Animais Natureza

Chefe do Gabinete de Sua Excelência o Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas

Chefe do Gabinete de Sua Excelência o Chefe do Estado-Maior da Armada

Chefe do Gabinete de Sua Excelência o Chefe do Estado-Maior do Exército

Chefe do Gabinete de Sua Excelência o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea

ASSUNTO SUSPENSÃO DOS ACORDOS. GRUPO JOSÉ MELLO SAÚDE E

: GRUPO LUZ SAÚDE

Comemora-se hoje, dia 01 de abril, o dia das mentiras ou dia dos enganos. Infelizmente, para os militares é dia de serem confrontados com mais uma realidade que mais parece uma mentira ou engano! Mas não, excelência! É um facto e bem real que, a partir de hoje, o Grupo José de Mello Saúde irá suspender o acordo existente para a prestação de cuidados de saúde aos beneficiários da ADM.

Também o Grupo Luz irá suspender os serviços a partir de 15 de abril de 2019.

De acordo com o comunicado emanado pelo IASFA, I.P., “os argumentos invocados nesta decisão prendem-se com os atrasos nos pagamentos da faturação e com a discordância desta entidade prestadora relativamente às regras e tabelas do Regime Convencionado da ADSE, pelas quais se rege a ADM, nos termos da lei.

No que respeita aos atrasos nos pagamentos da faturação, o IASFA, I.P., ainda não dispõe, por razões estruturais que se prendem com o diferencial entre as receitas e as despesas anuais, de recursos que permitam o pagamento dos serviços de saúde prestados no prazo máximo de 90 dias.

Para o efeito, o IASFA, I.P. tem colocado à tutela a informação necessária à clarificação e solução dos problemas estruturais de financiamento e do passivo acumulado, tendo sido já tomadas medidas pontuais, nomeadamente, no âmbito da reforma do Serviço de Saúde Militar”.

A dívida da ADM ascende a cerca de 90M€. É um facto, não uma mentira!

A ADM está a pagar aos prestadores privados com atrasos superiores a 12 meses. É um facto, não uma mentira!

Por seu lado, o Tribunal de Contas, no relatório da Auditoria de Resultados ao IASFA, I.P., esclareceu, de forma cabal e inequívoca, que “O desconto dos militares para a ADM tem características próximas de um tributo/”imposto” ... Os descontos efetuados sobre os salários e pensões dos quotizados do subsistema ADM estão a financiar despesas que compete ao Estado suportar, no âmbito do exercício das suas funções sociais e de soberania”.

Os militares têm ao longo dos últimos anos sido duplamente tributados, uma vez que os seus descontos (obrigatórios) para a ADM têm sido utilizados para suportar encargos com o Sistema de Saúde Nacional e/ou Sistema de Saúde Militar, como tal devem (TÊM!) que ser suportados com verbas do Orçamento de Estado. É um facto, não uma mentira!

A AOFA tem conhecimento dos seguintes factos:

- A dívida da ADM, reportada a 2018, ascenderá a, pelo menos, 80M€;
- A dívida ao “setor privado” representa cerca de 60M€, sendo a restante dívida ao “setor público” essencialmente ao HFAR;
- Os prestadores privados exigem “sinais” oficiais e claros das entidades (MDN e IASFA, I.P.) para a regularização da dívida existente, eventualmente através da apresentação de plano de pagamentos. Só com este “comprometimento oficial” haverá o “cancelamento da suspensão dos serviços aos beneficiários da ADM”.
- São inúmeros os lesados com estas suspensões, essencialmente a Família Militar que se encontra fora dos Grandes Centros de Lisboa e Porto.

Senhor Ministro da Defesa Nacional, Excelência:

Reiteradamente, os sucessivos Governos persistem em menosprezar os Militares, atingindo-os, deliberadamente, na sua Dignidade.

Desta vez não é só a Dignidade que está em causa, é colocado em causa aquele que é o “bem supremo de qualquer ser humano” – a SAÚDE! Os militares (dos melhores do mundo) e suas famílias merecem mais respeito.

Urge a regularização da dívida do IASFA, I.P..

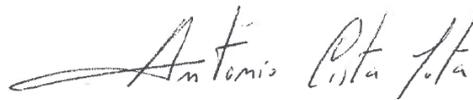
Chegou a hora de V. Ex^a e o Exmo. Sr. Ministro das Finanças encararem de vez e de imediato este gravíssimo problema e resolvê-lo. Tornou-se inadiável! Tudo o que os militares suportaram ao longo dos últimos anos, de forma ilegal (milhões de euros!) repetimos, como o Tribunal de Contas reconhece, deve agora ser repostado, por contrapartida do saldar das dívidas com os prestadores privados!

Reiteramos que os Militares não são “mais que ninguém”, mas, garantidamente, não são “menos que ninguém” e por todos os acrescidos Deveres e Restrições, até de Direitos Fundamentais e protegidos Constitucionalmente, que de forma ímpar nos caracterizam (e porque a Lei de Bases Gerais do Estatuto da Condição Militar assim o prevê) deveriam ser discriminados positivamente.

Os militares estão fartos de ser discriminados de forma negativa! Isto é um facto, não uma mentirinha de dia 01 de abril.

Com os melhores cumprimentos, e elevada consideração

O Presidente



António Augusto Proença da Costa Mota

Tenente-Coronel